

A PRESENÇA DOS MORTOS NA HISTÓRIA E NA LITERATURA

MÁRCIA MARIA DE MEDEIROS*

RESUMO

Este artigo procura analisar a questão da presença dos mortos em uma sociedade específica, a medieval, dentro do texto literário. Para tanto, busca entender as atitudes do homem com relação aos mortos e também a forma como essas atitudes se transformaram, percebendo-as como uma parte do comportamento social dos indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: literatura medieval, morte, história medieval.

Desde os textos produzidos por Phillippe Ariès e Michel Vovelle, a história das atitudes do homem em relação ao fenômeno da morte tem suscitado uma onda de interesse, a qual foi levada adiante pela escola francesa de historiografia e pela história das mentalidades.¹

Essa linha de trabalho analisa não só as atitudes do homem com relação aos mortos, mas também as mudanças pelas quais elas passaram no transcorrer da história. Analisar esse processo significa compreender uma parte importante do comportamento social, pois a postura que a sociedade tem em relação à morte determina seu comportamento diante da vida. Segundo Oexle (1996, p. 27), esse processo pode, ainda, ir além:

[...] vale também, e talvez até mais, para a atitude e o comportamento social dos indivíduos e grupos sociais com relação aos mortos, com os quais eles estiveram ligados durante a vida por laços pessoais, de amizade e de parentesco. São bastante reveladoras as relações que os indivíduos e os grupos travam entre si e com os mortos e o *status* social que atribuem aos mortos.

* Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Amambaí, MS).
E-mail: marciamaria@uemms.br

Não é de estranhar que no mundo contemporâneo a história dos mortos seja colocada em segundo plano em relação à da morte, impedindo dessa forma que se faça uma verdadeira trama social que enquadre vivos e mortos e as interações que acontecem entre eles. Esse processo se dá em virtude de que dentro da sociedade atual os mortos não chegam a ser sequer considerados uma classe ou uma categoria, nem chegam a existir como tal. Consequentemente, essa maneira de pensar está em relação direta com a questão que configura o assunto deste ensaio: a presença dos mortos na história e na literatura.²

No mundo antigo e mesmo no medieval, o *status* dos mortos não é determinado por nenhum tipo de memória subjetiva, marcada por uma visita ao cemitério em uma data específica: os mortos de outrora são pessoas no sentido jurídico do termo, sujeitos de direito, que estabelecem relações na sociedade humana. Eles estão presentes entre os vivos, pois, afinal, são os vivos que lhes conferem existência ao pensar em um lugar do além onde os mortos viveriam eternamente. Sobre o assunto, diz Schmitt (1999, p. 15):

Os mortos têm apenas a existência que os vivos imaginam para eles. Diferentemente segundo sua cultura, suas crenças, sua época, os homens atribuem aos mortos uma vida no além, descrevem os lugares de sua morada e assim representam o que esperam para si próprios. [...], o imaginário da morte e da evolução dos mortos no além constitui universalmente uma parte essencial das crenças religiosas das sociedades. Ele adquire formas diversas, mas muito amplamente atestadas, entre as quais as visões e os sonhos ocupam sempre um lugar de primeiro plano.

Na era medieval, não raras vezes, os mortos voltavam ao mundo dos vivos para dar conta das coisas do outro mundo. Foi o caso de Dante Alighieri, que acompanhado por Virgílio percorreu o inferno e o purgatório até ser deixado pela alma do poeta latino na porta do paraíso, de onde a figura do poeta foi escoltada pela sua amada Beatriz em uma visita ao firmamento. Tais aparições representam entre os vivos e os mortos uma espécie de deslocamento, tendo por objetivo revelar aos vivos o além por eles imaginado: sua geografia, seus caminhos, seus cursos d'água, o calor terrível do inferno.

Nesse contexto é o vivo quem vai até onde estão os mortos. Fenômeno diferente acontece quando os mortos vêm até os vivos, quando os primeiros visitam os últimos na condição de fantasmas: nesse caso, apresenta-se ao historiador a ordem das relações sociais travadas entre uns e outros. Não raras vezes esses relatos têm como aporte principal a figura do morto, a qual merece toda a atenção por apresentar um cunho exemplar ou por querer significar aos vivos algo que estes não poderiam fazer.

Assim, o morto surge como uma presença, e não como uma lembrança. Essa contraposição aponta para uma reviravolta na questão da memória. Sobre o assunto, Oexle (1996, p. 32-33) afirma:

A contraposição entre “lembrança” e “presença” aponta para uma mudança radical de significado no conceito de “lembrança”, “memória”. No sentido antigo, a memória tem não apenas o significado de “presentificar”, tanto no sentido cognitivo quanto emocional, mas principalmente abrange formas de conduta jurídicas e sociais por meio das quais constitui-se a presença do morto.

No mundo medieval, muito da forma particular de existência que se lega aos defuntos depende da maneira como ocorreu a morte: os mortos acabam voltando, por exemplo, se os ritos de passagem não foram cumpridos com exatidão. Eles retornam quando seu funeral e o período de luto não puderam efetuar-se de forma normal. Situações que comprometiam uma passagem tranquila para o além não faltavam na Idade Média: assassinatos, suicídios, a morte de uma mulher no parto, crianças natimortas. Esses mortos são considerados maléficos, encerrando uma longa tradição antropológica na história ocidental, que engloba desde a Antiguidade até o período contemporâneo: o retorno dos mortos ao mundo dos vivos.

A respeito desse tema, Le Goff e Truong (2006, p. 125) destacam:

Esses espectros que atormentam os vivos são com frequência “mortos prematuros” ou “anormais”, isto é, fantasmas de pessoas que sucumbiram violentamente: vítimas de assassinatos, mulheres dando à luz, crianças não batizadas ou ainda os suicidas. As aparições são de mortos que reclamam os “sufrágios” dos vivos

(missas, esmolas e outras preces) a fim de escapar ao purgatório, objeto de tarifação e mercantilização. Por hábito e por convergência doutrinal, a Igreja acompanha e encoraja a difusão dessas narrativas, até então remetidas à superstição e ao paganismo.

Alguns desses mortos voltam para fazer exigências que não foram cumpridas no momento de sua morte. Outros para pedir orações pela sua alma. Outros, ainda, para dizer das coisas que se passam no outro mundo, dos seus castigos no inferno ou no purgatório e do que os vivos devem fazer para evitar a condição em que eles se encontram. Independente da situação ou da condição (se no inferno, purgatório ou paraíso), os mortos que retornam do além se apresentam aos vivos dotados de uma corporeidade. Não são apenas vozes perdidas no ar. Em meio às brumas nas quais aparecem envoltos, normalmente se distinguem seus cabelos, suas mãos, seu traje e, por baixo deste, a sombra de um corpo outrora pulsante de vida.

Mas esse corpo, agora, alimenta-se de outras formas de comida, como se aufere do trecho abaixo, no qual um monge narra as particularidades do fundador do mosteiro de Iburg, São Benno:³

Para mim importa somente que se interceda em favor de nosso fundador e construtor de nosso mosteiro, por meio de preces aqui neste lugar; ele não deve ter que se queixar diante de Deus que nós lhe recusamos a ajuda esperada. Pois muitas vezes, quando conversava na intimidade conosco, ele costumava comentar gracejando: após sua morte, poderia esperar entre as oferendas que a ele devíamos, uma pequena refeição todos os dias, isto é, que sua alma fosse alimentada por meio de preces. Pois achava que, impedido pelas incontáveis ocupações mundanas desse nosso tempo tão agitado, ele mesmo fazia muito pouco a serviço de Deus, o que a comunidade reunida poderia no lugar dele reparar com justiça. (OEXLE, 1996, p. 34)

Os mortos não precisam mais de alimentos para o corpo físico, mas de alimento para agregar valores a sua alma – no caso específico, orações e missas encomendadas pelo bem do defunto. Na citação transcrita é possível visualizar um dos polos das memórias histórica e litúrgica, qual seja a ideia da intercessão pelo morto por meio de orações.

Assim, a memória da Idade Média não indicava apenas a lembrança, mas tinha um significado social que ligava o vivo ao morto. A presença dos mortos é efetivada devido à oferenda de preces, as quais devem ser entendidas como uma retribuição por dádivas que, por ventura, esses mortos poderiam render à comunidade. As preces significavam uma espécie de pagamento, de forma que vivos e mortos estavam ligados por normas muito semelhantes a contratos, enaltecendo-se aqui mais um aspecto da mentalidade medieval: o contratualismo.⁴

Nesse contexto, o culto aos mortos pode ser ligado a elementos que parecem indicar o culto aos santos, conforme informa Oexle (1996, p. 36-37):⁵

Sabe-se que os santos na Idade Média eram considerados sujeitos de direitos, com capacidade jurídica de agir e de realizar atos jurídicos. Os santos eram também considerados como dotados de “capacidade jurídica para fazer contratos”: uma igreja, um mosteiro com tudo o que a ele pertencia em termos de pessoas, mobília e imóveis, tudo isso era considerado propriedade do santo em questão. [...]. Os patronos não eram considerados apenas proprietários verdadeiros, e dessa forma, igualmente, destinatários de doações, mas também sujeitos de obrigações – e, em casos extremos, até mesmo “capazes de delitos”. Assim, à veneração aos santos, correspondia o ritual não menos regulamentado de rebaixamento e punição dos santos. A semelhança do *status* jurídico entre o santo e qualquer morto na Idade Média tem, de resto, também razões de gênese histórica, isto é, o fato de que o culto aos santos e o culto aos mortos provêm de uma mesma origem: da própria memória dos vivos pelos mortos.

Schmitt (1999) alega que os santos apareciam no mais das vezes com o intuito de fortalecer seu culto, ou defender os interesses de seus santuários. Eles também podiam ser mensageiros que vinham do outro mundo para prevenir os vivos contra os pecados e prescrever atitudes que preparassem os indivíduos para a morte. Ainda segundo o mesmo autor, essas aparições constituem um número significativo na literatura hagiográfica.⁶ Ademais, essa literatura expressa um modelo narrativo que será aplicado quase como regra a todos os relatos sobre mortos que vêm visitar os vivos (SCHMITT, 1999).

Delumeau (2003, p. 74) reforça essa ideia de Schmitt na medida em que afirma:

Não há dúvida de que os fantasmas eram de certo modo temidos. Mas, ao mesmo tempo, eram familiares. Além disso [...] raramente eles assumiam a aparência de fantasmas. Enfim, muitos deles eram benfeitores e davam conselhos úteis.

As indicações oferecidas por Schmitt (1999) e Delumeau (2003) apontam em direção a um universo de pensamento onde o falecimento do indivíduo é secundário em relação à sobrevivência do grupo: nesse contexto, vivos e mortos conservam entre si laços de solidariedade e de real sociabilidade. Esse pode ser o motivo pelo qual o culto aos antepassados e a aceitação das imagens relacionadas à morte são tidas como elementos cotidianos em sociedades como a medieval. Nesse caso, e aos olhos contemporâneos, essas imagens e ações podem parecer lúgubres ou macabras, quando na verdade elas atestam uma familiaridade com a morte que o tempo presente perdeu.

Os mortos também podiam ser invocados através de seus nomes. No mundo medieval o registro do nome de um indivíduo é considerado decisivo, de forma que se ele for mencionado depois da morte, faz que o morto seja evocado, estabelecendo assim um processo de presentificação. No âmbito litúrgico, esse fenômeno produziu várias formas de tradição memorial, a qual representa a expressão de um pensamento que abrange uma vasta área do conhecimento, desde a religião até o direito, passando pela economia e pela cultura intelectual, fortalecendo ainda mais os vínculos existentes entre vivos e mortos e entre esse mundo e o outro.

Deve-se salientar que, independente da religião ou da liturgia, a ideia do morto como sujeito de direitos está essencialmente integrada ao direito medieval, no qual os mortos podem aparecer como autores ou réus, podem ser punidos por ser considerados capazes de delitos, ou podem, ainda, figurar como proprietários, credores ou devedores.

Assim, e exatamente pelo convívio que se estabelece entre vivos e mortos na sociedade medieval, observa-se que a memória constitui um elemento central da vida cotidiana dessa sociedade. Isso ocorre em todos os grupos sociais, não importa se o meio é eclesiástico ou

laico. Essa organização da memória é extremamente importante nesse contexto, pois, segundo Oexle (1996, p. 40):

A celebração dos mortos é uma forma elementar de estabelecer a autoconfirmação de um grupo social, pois a memória do morto indica a duração desse grupo no tempo e torna-se desse modo a origem do conhecimento da própria história do grupo. Por tal motivo, a memória é um momento constitutivo das linhagens nobres ou reais. O conceito de “linhagem” é definido de forma a originar-se através do conhecimento dos vínculos entre vivos e mortos. Nesse caso, historiografia e liturgia são inseparáveis.

Esse mesmo processo exemplifica a ordenação de grupos sociais cujos membros não pertencem à elite dirigente, seja ela política ou religiosa, secular ou eclesiástica. Assim, camponeses, artesãos e comerciantes organizam sua existência pelo mesmo processo, pautando a tradição na herança memorial deixada pelos mortos. Essa memória abrange todas as ações constituintes do cerimonial que envolve a morte: o culto fúnebre propriamente dito, o funeral na igreja, o velório e o banquete fúnebre, elemento tradicional nessa sociedade. Aliás, não se concebe a hipótese de se realizar o velório ou o banquete fúnebre sem a presença dos mortos no contexto de ambos os rituais.⁷

Essa prática cultural tem suas raízes fincadas no mundo greco-latino, conforme se aufere do seguinte texto:

A alma do defunto tem a sua comunidade obrigada a render-lhe culto, composta pela família e parentes. Desde época antiga era enterrado na própria casa, como o lugar mais imediato do culto, época em que ainda não se tinha uma ideia do conceito de “pureza” ritual, que mais tarde se desenvolveria de modo tão meticuloso. [...] Ao enterro sucediam as oferendas e os sacrifícios. Após deixarem o morto no lugar de descanso, os parentes, cingidos de coroas, celebravam o banquete fúnebre, parte do rito de culto à alma. Consideravam presente a alma do defunto, o anfitrião do repasto. E elogiavam, com temor das suas iras, este comensal invisível. (SALOMÃO, 1964, p. 153)

Além dessas ações que envolvem o ritual da morte propriamente dito, há que se salientar que vários tipos de textos relacionados com

a memória aparecem nas mais variadas esferas da cultura medieval. É o caso das biografias, as quais não se originam simplesmente da necessidade de conhecimento ou de informação histórica, mas estão inseridas em um sentido mais amplo, na vida espiritual e social das comunidades monásticas e religiosas. Esses textos eram destinados à leitura, seja durante as cerimônias religiosas como a missa, seja durante as refeições, ou mesmo durante os momentos de trabalho comum dos monges.

Assim, em qualquer mosteiro medieval o religioso poderia ser contemplado com a leitura de um texto que enaltecia determinada figura já morta, corroborando para o fortalecimento dos vínculos sociais que existiam entre os monges e seus patronos, como se observa no trecho a seguir, que narra uma das aventuras edificantes de São Bento de Núrsia:⁸

Certo dia um pássaro negro, chamado melro, pôs-se a voar de maneira importuna em volta de Bento, e tão próximo que o santo teria podido pegá-lo com a mão, mas fez o sinal-da-cruz e o pássaro retirou-se. Logo depois o diabo trouxe-lhe diante dos olhos do espírito uma mulher que ele vira outrora, acendendo em seu coração tal paixão que, vencido pela volúpia, estava a ponto de ir embora do deserto. Mas, pela graça divina, recobrou subitamente o controle de si, tirou a roupa e rolou com tamanha violência sobre espinheiros e sarças que havia por ali, que seu corpo ficou todo ferido e desta forma, pelas chagas da carne, ele curou as chagas do pensamento. O ardor da penitência venceu o incêndio do pecado. A partir daquele momento, nunca mais uma tentação manifestou-se em seu corpo. (VARAZZE, 2003, p. 298)

O que se quer salientar com essa citação é o fato de que, ao contar momentos tão importantes da vida de um patrono fundador como Bento de Núrsia, trazia-se para o cotidiano do monge o exemplo a ser seguido: se o santo patrono fora acometido da tentação, não era problema que um irmão da ordem também o fosse. O problema estaria em ele não resistir à tentação, conforme São Bento. Daí a ideia de que, mesmo depois de morto, o fundador estava presente e continuava agindo sobre os vivos, de acordo com fatos (verídicos ou não) que se atribuíam a sua ação enquanto ele estava vivo.

O mesmo jogo da presença-memória pode ser organizado por meio da ação de leigos importantes, como os reis, dos quais sem dúvida o melhor exemplo é São Luis. Le Goff (1999) brindou a historiografia que trata sobre o medievo com uma brilhante biografia sobre Luis. Nesse trabalho, o autor traz uma série de informações importantes sobre o rei cruzado,⁹ inclusive assertivas interessantes sobre a construção da memória dessa figura emblemática, a qual sem dúvida foi importante para a legitimação e a consolidação do poder real na França.

No caso específico de Luis, o processo foi além: morto o rei cruzado na terra dos infiéis, nem sequer se cogitou a possibilidade de que seus restos mortais fossem deixados ali. Assim, seu cadáver foi repatriado. O grande problema estava em como transportar o corpo, evitando que ele passasse pelo processo do apodrecimento. Há que se salientar que não se dominava a técnica do embalsamento. Então, só restava seguir uma técnica não muito simples e no mínimo estranha aos olhos contemporâneos: ferveu-se o corpo em uma mistura de vinho e água, de tal forma que as carnes se separaram dos ossos – os quais representam a parte preciosa do corpo, que deve ser conservada.

Esse tipo de prática é referendado também por Huizinga (1996, p. 150):

A importância que se ligava a ser enterrado no solo do próprio país deu lugar a usos que a Igreja tinha proibido como contrários à religião cristã. Nos séculos XII e XIII quando um príncipe ou pessoa de alta hierarquia morria longe de seu país frequentemente lhe cortavam o corpo em bocados e o coziavam para lhe extraírem os ossos, que eram então enviados para a sua pátria numa arca, enquanto o resto era enterrado, no local, com cerimônias.

É importante ressaltar que no mundo medieval a concepção da memória como elemento de ação social se expressa por vários meios: registros escritos (como as hagiografias e biografias), arquiteturas e monumentos. Daí a importância das necrópoles como, por exemplo, Saint-Denis, tradicional repositório dos restos mortais da família real francesa e lugar de incontáveis milagres devido à ação mágica de membros dessa família, como o já citado São Luis.

Em alguns desses lugares, além da designação dos nomes dos defuntos, existe a representação pictórica daquele que é designado. Essas

representações “podem ser designadas como ‘quadros memoriais’”, segundo Oexle (1996, p. 51). Nesses casos, percebe-se uma única e determinada função imagética: o emprego de uma imagem no âmbito da construção da memória. Esse tipo de manifestação já aparecia nos primórdios da cristandade e pode ser exemplificado através do fenômeno da veneração dos mártires em suas sepulturas.

Na opinião de Oexle (1996), é impossível avaliar a memória medieval sem levar em consideração as questões referentes à constituição dessa memória no mundo antigo, em meio ao paganismo, do qual o cristianismo tomou por empréstimo uma série de ordenações. Nesse mesmo sentido, Ariès (1989, p. 25) aponta:

De fato, Oliveiros e Rolando separaram-se como se fossem cair cada um num longo sonho, indefinido. Acreditava-se que os mortos dormiam. Essa crença é antiga e constante. Já no Hades homérico, os defuntos, “povo extinto”, “fantasma insensível de humanos esgotados”, “dormem na morte”. Os infernos de Virgílio são ainda um “reino de simulacros”, “sede do sono, das sombras e da noite adormecedora”. Ali onde, como no paraíso dos cristãos, repousam as sombras mais felizes, a luz tem a cor da púrpura, isto é, do crepúsculo.

O autor ainda afirma que as sombras extenuadas do paganismo parecem um pouco mais “animadas” do que os cristãos adormecidos que aguardam o juízo final. Mas sabe-se que, segundo a tradição do medievo, estes últimos podiam vagar invisíveis entre os vivos e aparecer aos que estavam para morrer.

Para Tertuliano,¹⁰ a ideia da presença dos mortos entre os vivos tem total evidência. Isso é perceptível no já referido banquete fúnebre. Segundo Oexle (1996, p. 53), esse

era um fenômeno social “pagão-neutro”, assumido pelo cristianismo primitivo em todos os seus elementos, e onde padrões judaicos também podem ter exercido influência. Igualmente entre os cristãos o morto era “literalmente convidado e invocado”. Desde a primeira metade do século III, talvez antes ainda, o banquete fúnebre junto à sepultura era complementado por um banquete eucarístico, que o precedia ou mesmo o substituía completamente.

Nas sepulturas dos mártires também se organizavam esses banquetes, imperando a convicção de que o mártir estaria ali presente e a partir dali poderia agir de alguma maneira.¹¹ À medida que a valorização dos mártires se tornou um processo crescente e o cristianismo foi se consolidando como religião, a realização desses banquetes se transformou em um grande problema, passando a ter conotação negativa por expressar a mentalidade pagã.

Destarte, principalmente a partir da Alta Idade Média,¹² as atitudes da Igreja em relação à memória dos mortos e ao banquete fúnebre na família e no círculo de amigos levaram à proibição de se realizarem tais atividades. No entanto, apesar de terem sido estabelecidos parâmetros proibitivos, a prática do banquete fúnebre permaneceu na Idade Média como elemento essencial do culto à memória dos mortos.

Essas práticas eram realizadas entre os membros dos grupos leigos, fossem eles formados por parentesco ou, então, guildas ou corporações de ofício.¹³ Segundo Oexle (1996), nem mesmo na esfera monástica o vínculo entre a memória dos mortos e o banquete fúnebre foi suprimido: ele foi substituído pela *caritas*, um banquete realizado em memória dos monges falecidos, espécie de comemoração anual em que os vivos agradeciam pelas dádivas recebidas.

Além da prática do banquete fúnebre, ação realizada na Antiguidade e que a Idade Média herdou, existem outros elementos que apontam para o mesmo processo de continuidade, a saber, a relação entre o hábito de comer com os mortos e, nesse mesmo momento, alimentar os pobres. Pessoas menos favorecidas eram convidadas para participar do banquete fúnebre, quando eram presenteadas com alimentos ou dinheiro.

Essa ação tem o sentido prático de aumentar o círculo dos que estavam em dívida com o morto, de maneira a ampliar e mesmo consolidar sua memória. A alimentação dos pobres por ocasião da morte de uma pessoa foi incentivada pela Igreja durante toda a Idade Média e esse processo

teve importantes consequências sócio-históricas, pois a memória, por exemplo, compelia os mosteiros a contribuições sociais cada vez mais amplas. Isso foi tão longe que, por fim, a subsistência de alguns mosteiros foi colocada em questão: “os mortos, na figura dos pobres, começaram a apagar a imagem dos vivos”. Também

nas guildas manifestava-se a influência recíproca entre o banquete fúnebre e as doações. Pode-se de um modo geral estabelecer, para a história social da Antiguidade, da Idade Média e até mesmo da Idade Moderna, que essa influência recíproca é um momento essencial da vida cotidiana: a refeição com o morto e o sacrifício em favor dele na forma de doações são elementos constitutivos da memória dos mortos. (OEXLE, 1996, p. 56)

É importante salientar que todas as questões abordadas até o momento – as quais fazem referência a práticas como o banquete fúnebre tal como ele ocorria na antiguidade greco-latina ou na Idade Média – denotam a existência de um laço de amizade entre vivos e mortos, correspondendo ao sentido do comer e do beber em comum, que basicamente significa constituir vínculos de solidariedade ou de reconciliação. Dessa forma, para os homens e mulheres do mundo antigo e do medievo, o morto na verdade não era um morto propriamente dito, ou pelo menos não era um morto no sentido que a terminologia jurídica moderna confere a ele.

Em termos do pensamento moderno e contemporâneo, o conceito de “morto” significa apenas o corpo. O que antes era um direito, como ter um enterro e um lugar no cemitério, agora se torna uma norma obrigatória, do ponto de vista da própria questão sanitária, uma vez que é necessário proteger os homens vivos do corpo que desde o momento em que a vida o abandona já se encontra em processo de decomposição. O morto deve ser afastado dos vivos para que não venha a se manifestar o perigo de contágio que ele contém de forma latente.

Essa mudança de mentalidade parece ter tido um momento muito preciso, conforme explicita Oexle (1996, p. 67):

Com essas observações fica ainda mais evidenciada a mudança de mentalidade do século XVIII, que transformou radicalmente as concepções e o *status* dos mortos. Assim, a título de conclusão devem ser explicados brevemente os múltiplos fatores e processos através dos quais se manifestou o contínuo eclipsar da ideia de presença dos mortos.

Ainda segundo o mesmo autor, a alteração na concepção de presença do morto não resulta de nenhuma transformação súbita, mas

sim de um longo processo de mudança em que vários elementos e acontecimentos tiveram cabal importância. Entre eles, Oexle (1996) cita as grandes crises de mortandade que se abateram sobre a Europa no fim da Idade Média, marcadamente as epidemias de peste.¹⁴ Estas, no século XIV, modificaram de forma profunda a maneira de pensar sobre a morte e sobre os mortos no Ocidente: pode-se dizer que, em decorrência da ação da peste e da violência com a qual ela agia, essa maneira de pensar se banalizou.

Esse processo trouxe consigo um fato importante: a extinção de todas as obrigações para com os mortos, mesmo se eles fossem parentes próximos, como se depreende do trecho seguinte:

Vamos pôr de lado a circunstância de um cidadão ter repugnância de outro, de quase nenhum vizinho socorrer o outro; de os parentes, juntos, pouquíssimas vezes ou jamais se visitarem, e, quando faziam visita um ao outro, ainda assim só o fazerem de longe. Tal inquietação entrara, com tanto estardalhaço, no peito dos homens e das mulheres, que um irmão deixava o outro; o tio deixava o sobrinho; a irmã, a irmã; e, frequentemente, a esposa abandonava o marido. Pais e mães sentiam-se enojados em visitar e prestar ajuda aos filhos, como se o não o foram (e esta é a coisa pior, difícil de se crer). (BOCCACCIO, 1971, p. 16)

Na verdade, o que se aúfere do texto de Boccaccio diz respeito ao fato de que uma das consequências da epidemia foi exatamente a extinção da memória dos mortos. O autor demonstra em sua narrativa que o número incredivelmente grande de mortos modificou o comportamento dos vivos em relação a eles. E essa modificação revela uma das alterações mais fundamentais no modo de pensar e nas formas de comportamento entre os homens, provocadas pela peste. Para entender melhor esse fenômeno, observe-se esta citação:

Para dar sepultura à grande quantidade de corpos que se encaminhava a qualquer igreja, todos os dias, quase a toda hora, não era suficiente a terra já sagrada; e menos ainda seria suficiente se se desejasse dar a cada corpo um lugar próprio, conforme o antigo costume. Por isso, passaram-se a edificar igrejas nos cemitérios, pois todos os lugares estavam repletos, ainda que alguns fossem muito grandes; punham-

se nessas igrejas, às centenas, os cadáveres que iam chegando; e eles eram empilhados como as mercadorias nos navios; cada caixão era coberto, no fundo da sepultura, com pouca terra; sobre ele, outro era posto, o qual, por sua vez, era recoberto, até que se atingisse a boca da cova, ao rés do chão. E, para que não se remexa em cada minúcia de nossas antigas misérias, acontecidas no interior da cidade, afirmo que, mesmo tendo um período adverso passado por ela, nem por isso deixou a peste de poupar algo ao condado. (BOCCACCIO, 1971, p. 18)

O relato de corpos empilhados como mercadorias nos navios transmite a imagem da extinção do ser que antes existia na presença dos mortos: não há como realizar vigílias fúnebres, missas de corpo presente ou banquetes fúnebres em um contexto como esse; não se acompanha mais o morto até sua sepultura com lágrimas e velas; o cadáver é tratado com indiferença, de forma animalizada. Não há dignidade nesse tipo de morte. Na verdade, a sensação que tal imagem proporciona a quem assiste o “funeral” é de repulsa, uma espécie de sentimento obscuro e desconcertante.

Esse tratamento dispensado aos mortos, como se fossem coisas, e seu conseqüente afastamento do mundo dos vivos, do qual já haviam feito parte, é um desdobramento das crises provocadas pela peste nos séculos XIV e XVI. As conseqüências disso são mencionadas por Oexle (1996, p. 69-70):

Junto à mortandade, a mobilidade desencadeada pelo medo da peste está entre os fenômenos característicos do período de crise da Baixa Idade Média. A fuga de muitos homens de seu lugar de origem pôs em perigo a memória que eles deviam a seus mortos ou então a tornou impossível. Mortandade e mobilidade são, dessa forma, motivos para que a preocupação com a própria memória após a morte ocupasse na Baixa Idade Média um espaço cada vez maior no pensamento dos homens. Desse modo, sob a influência da epidemia da peste, não só o número de testamentos se torna significativamente maior como aumenta também a preocupação dos homens com um enterro apropriado; também a manutenção da memória torna-se um importante objeto de regulamentação testamentária: nem o menor detalhe parece supérfluo. Além disso, observa-se um desejo crescente pelo sepultamento na igreja.

A preocupação com a memória dos mortos é um elemento importante e característico da história social dos séculos XIV e XV, a qual está diretamente relacionada ao processo das crises epidêmicas e determina as formas de comportamento social no cotidiano dessa época. Deve-se salientar, dentro desse processo, o fato de essas crises ter contribuído para modificar a maneira de pensar a morte e os mortos.

Segundo Le Goff e Truong (2006), o período final do medievo traz consigo epidemias que mais isolam que individualizam. Acontece que nesse contexto, em virtude das doenças, as pessoas alijadas de seus entes queridos ou de sua terra natal descobrem sua própria morte, ou, dito de outra forma, sua condição de finitude.

A partir daí ocorre a utilização pelas mais variadas formas de expressão artística, como a literatura e a pintura, dos temas macabros: representação de corpos em decomposição ou jazendo descarnados. Essas imagens são feitas, de forma indubitável, para amedrontar, para incitar ou provocar o arrependimento. Mas elas mostram também um grande pavor no que tange à perda da individualidade. Elas revelam a solidão que sente aquele que está morrendo, e que não é um apanágio apenas do mundo contemporâneo.

No lugar do morto como pessoa, sujeito de direitos e de relações na sociedade humana, entra a partir desse momento a figuração do corpo, a “coisa” que restou. No entanto, esse corpo não é uma coisa como as outras, pois seu *status* permanece controverso, já que ele guarda, em termos, a presentificação daquele que foi um ser vivo, portanto portador de direitos. Esse fenômeno pode ser entendido como uma influência das antigas concepções em relação aos mortos que ainda estão presentes na sociedade contemporânea. O que se quer ressaltar é que no caso da Idade Média a presença dos mortos é plena de significados, tanto na realidade como no imaginário, povoado de histórias sobre aparições de espectros.

Esse fenômeno sinaliza para o fato de que os homens e as mulheres dessa época acreditavam na presença dos mortos próximos a eles, ao menos durante certo período. Dito de outra forma: os mortos levavam algum tempo para morrer de verdade, para desaparecer do universo dos vivos, e só o faziam progressivamente.

ABSTRACT

This article analyzes the question about the presence of the dead people in a specific society, the medieval, and together a context, the literary text. To make the analyzes, to find understand the thinking of man with relation the dead people and the way how this thinking was transform, understanding the transformation how a part of social behavior of the individuals.

KEY WORDS: medieval literature, death, medieval history.

NOTAS

- 1 Como referência para uma leitura inicial sobre o tema ver: Vovelle (1996, 1997); Ariès (1989); Le Goff (2005b).
- 2 Esses fenômenos também acontecem no mundo contemporâneo, mas para os medievos eles têm outro significado, uma vez que o mundo medieval encara a morte e todo o conjunto de circunstâncias que envolve o morrer de forma diferente.
- 3 Iburg foi um mosteiro beneditino fundado na Alemanha durante o período da Alta Idade Média, ou seja, entre os séculos VIII e X.
- 4 Segundo Franco Jr. (2000), o contratualismo faz parte da maneira de pensar do homem medieval, junto com o belicismo e a religiosidade. O autor denota que o contratualismo diz respeito ao fato de os medievos estabelecerem uma espécie de contrato com os seus senhores, para servi-los, honrá-los e serem protegidos por eles. Esse contrato é o que a história chamou de contrato feudo-vassálico. No caso específico da forma de ver o sobrenatural, que faz parte do medieval, deve-se ressaltar que se Deus é o maior senhor feudal de todos, dono da terra inteira a qual ele cedeu para os homens, na condição de que eles fossem Seus vassalos, então se estabelecia um contrato entre Deus e os homens, nos mesmos moldes do contrato feudo-vassálico entre senhores terrestres. Essa ideia de contrato que estabelece trocas, como por exemplo, a proteção divina por um lado e a expulsão dos infiéis da Terra Santa por outro, revela o caráter utilitarista do cristianismo medieval.
- 5 No rastro dessa tradição de punir o santo, caso ele não cumpra fielmente a sua parte no contrato, estão elementos tradicionais das festas populares do Brasil, como as festas juninas. O santo casamenteiro, Antônio, por exemplo, costuma ser punido ficando de cabeça para baixo dentro de um recipiente

com água ou tendo o seu menino Jesus “sequestrado” caso não arranje um bom casamento.

- 6 Hagiografia são relatos que denotam a vida dos santos. Elas têm um cunho edificante e exemplar e servem como um dos grandes pilares da literatura cristã nos primeiros séculos do medievo. Um dos melhores exemplos dessa literatura (VARAZZE, 2003) foi recentemente traduzido no Brasil pelo medievalista Hilário Franco Júnior.
- 7 Elemento que representa a persistência desse hábito na sociedade contemporânea é a missa de corpo presente.
- 8 Bento de Núrsia (480-550) é o fundador da ordem beneditina.
- 9 São Luis foi promotor e dirigente das duas últimas cruzadas do Oriente, a Sétima e a Oitava. Não é objetivo deste ensaio tratar das minúcias sobre as questões referentes à ação de Luis na condição de rei ou de cruzado. Sua figura foi chamada ao texto pelo fato de ilustrar uma das possibilidades que representa a ordenação do processo de organização do binômio presença-memória. Para mais informações sobre a ação e a vida do rei como chefe de estado e cruzado, ver: Franco Jr. (2000) e Le Goff (1999).
- 10 Tertuliano é considerado pela historiografia como um grande pensador latino. Ele nasceu em torno do ano de 155, na região de Cartago. Foi jurista e exerceu a advocacia na cidade de Roma. Em 193, converteu-se ao cristianismo, pondo sua erudição a serviço da fé. O ano provável de seu falecimento é 222.
- 11 Esse processo lembra uma das máximas do cristianismo ordenada pelo próprio Jesus Cristo – “Onde dois ou mais estiverem reunidos em meu nome Eu estarei no meio deles” (BÍBLIA, 2006, Mt, 18:20) –, ou a oração proposta na comunhão, que ressalta ser necessário fazer o ato de beber do sangue e comer da carne “em memória de mim”, de acordo com o texto de Lucas 2, 19:20. Assim, o ato da comunhão pode ser visto e interpretado como uma forma de banquete fúnebre.
- 12 De acordo com o historiador Franco Jr. (1992), a divisão da Idade Média corresponde a quatro fases: Primeira Idade Média (séculos IV a VIII); Alta Idade Média (séculos VIII a X); Idade Média Central (séculos X a XIII) e Baixa Idade Média (séculos XIV a XVI). Já para Le Goff (2005a), a divisão temporal da Idade Média corresponde a apenas duas fases: Alta Idade Média, no período entre os séculos IV e X, e Baixa Idade Média, do século X ao XVI.
- 13 As corporações de ofício são organizações associativas e de solidariedade coletiva, as quais constituem grupos profissionais (como é o caso das guildas,

as associações de comerciantes), que controlam os preços de produtos e o horário dos trabalhadores. Elas proíbem a concorrência interna, punindo o associado que não cumpre a norma. Sobre o assunto, ver Macedo (1999) e Loyn (1997).

- 14 Aqui, o autor faz referência ao fenômeno que ficou conhecido pela historiografia medieval como peste negra, que possuía duas formas: a dita peste bubônica, letal entre 60% e 80% dos casos, e a peste pneumônica, letal em 100% dos casos. Na primeira forma, a peste levava de três a quatro semanas para matar o portador. Na segunda forma, três dias. Em ambas as formas o indivíduo doente ficava impedido de respirar, sendo que no primeiro caso ocorria o inchaço dos gânglios linfáticos do pescoço, axilas e virilha, e no segundo os pulmões do doente se enchiam de líquido. Aos poucos o indivíduo afetado assumia uma coloração arroxeada, devido ao impedimento respiratório. Daí o nome da doença. No período crítico da peste (1348-1350), a Europa perdeu cerca de 30% de sua população em virtude da epidemia, a qual teve um caráter tão marcante durante sua ação que inspirou uma das maiores obras da literatura mundial: *Decameron*, de Boccaccio. A história se passa em Florença, na Itália, cujas ruas estão tomadas pelos mortos. Para mais informações sobre o assunto, ver: Franco Jr. (1992); DUBY (1988); Farrell (2003) e Gordon (2005).

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. São Paulo: Paulus Editora, 2006. Edição Pastoral.

BOCCACCIO, Giovanni. *Decameron*. São Paulo: Hemus Livraria Editora, 1971.

DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente (séculos XIII-XVIII)*. São Paulo: Edusc, 2003.

DUBY, Georges. *Senhores e camponeses*. Lisboa: Teorema, 1988.

FARRELL, Jeanette. *A assustadora história das pestes e das epidemias*. São Paulo: Ediouro, 2003.

FRANCO JR., Hilário. *Idade Média: o nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FRANCO JR., Hilário. *As cruzadas: guerra santa entre Oriente e Ocidente*. São Paulo: Moderna, 2000.

- GORDON, Richard. *A assustadora história da medicina*. São Paulo: Ediouro, 2005.
- HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*. Portugal: Ulisseia, 1996.
- LE GOFF, Jacques. *São Luis: biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2005a.
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.
- LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. *Uma história do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LOYN, Henry Royston (Org.). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- MACEDO, José Rivair de. *Viver nas cidades medievais*. São Paulo: Moderna, 1999.
- OEXLE, Otto Gerhard. A presença dos mortos. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner. *A morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.
- SALOMÃO, Jorge. *A estética da morte*. São Paulo: Saraiva, 1964.
- SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- VARAZZE, Jacopo. *Legenda áurea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- VOVELLE, Michel. A história dos homens no espelho da morte. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner. *A morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.
- VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na história*. São Paulo: Ática, 1997.